

“Oportunidades sem paralelo no Brasil”

Márcio Félix

Secretário de Petróleo, Gás e Biocombustíveis

Ministério de Minas e Energia

Senhoras e senhores,

Eu lhes trago uma calorosa saudação do Ministro de Minas e Energia do Brasil, Almirante Bento Albuquerque, que não pôde comparecer a este almoço uma vez que foi convocado pelo Presidente Bolsonaro e teve que ficar em Brasília para tratar de assuntos urgentes.

Eu vou fazer esta apresentação em seu nome. No entanto, antes disso, peço sua gentil permissão para projetar um vídeo com uma mensagem do Ministro Albuquerque.

*(Exibição de vídeo com o pronunciamento do Ministro Bento Albuquerque)*

De início, gostaria de parabenizar todas as entidades responsáveis pela organização da OTC, bem como o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), neste ano em que a Conferência de Tecnologia Offshore celebra seu aniversário de ouro.

A oportunidade de falar com um público tão distinto de autoridades governamentais, líderes do setor e especialistas em petróleo e gás demonstra o constante e crescente interesse da comunidade empresarial internacional no Brasil devido às extraordinárias oportunidades de investimento oferecidas pelo setor de petróleo e gás do Brasil. Essas oportunidades são (e devo ressaltar) sem precedentes na história da indústria offshore.

O governo Bolsonaro está fortemente comprometido em tornar o Brasil um destino atraente, seguro e previsível para investimentos de longo prazo.

Para tornar isso possível, três prioridades principais foram identificadas: (i) governança, (ii) regulação e (iii) previsibilidade.

- Governança. O Brasil busca estimular processos mais eficientes e fortalecer estruturas finalísticas, capazes de atender aos interesses e necessidades da sociedade;

- Regulamento. O novo governo quer fortalecer o estado de direito e a execução de contratos no Brasil, promovendo a adoção de regras e regulamentos favoráveis, seguros e estáveis aos negócios;

- Previsibilidade. Ao melhorar a governança e a regulamentação, a previsibilidade é fortalecida. Previsibilidade que, como todos sabem, é fundamental para investimentos de longo prazo.

Também gostaria de destacar o compromisso do governo com uma nova agenda econômica baseada em quatro pilares principais: privatização, reforma do sistema previdenciário, reforma administrativa e liberalização do comércio.

À medida que avançamos na implementação dessa nova agenda econômica, o Brasil se tornará um mercado mais competitivo e melhor estruturado, capaz de atrair novos investimentos, produzindo bens e serviços de alta qualidade. O crescimento econômico será retomado em ritmo acelerado, promovendo o tão esperado bem-estar da sociedade brasileira.

Paralelamente à nova agenda econômica, o novo governo do Brasil busca facilitar o investimento, a produção e a geração de empregos em nosso País. Um bom exemplo é a prioridade dada pelo Ministério de Minas e Energia. O Brasil quer permitir uma maior participação de capital privado e estrangeiro no mercado de gás do País. Para alcançar este objetivo, foi estabelecido um programa plurianual de licitações de exploração e produção. Permitam-me ainda destacar que, no segundo semestre, o leilão da Cessão Onerosa será realizado pela Agência Nacional do Petróleo.

O Brasil, com seu ecossistema diversificado, possui uma das maiores biodiversidades da Terra. Nossas riquezas minerais são abundantes e diversificadas. O Brasil precisa de cooperação tecnológica e novos parceiros que ajudem o País a transformar suas riquezas naturais em progresso e prosperidade para todos os cidadãos.

O Ministério de Minas e Energia, sob a liderança do Ministro Bento Albuquerque, está comprometido com essa nova agenda econômica. Nesse espírito, estamos ansiosos para enfrentar todos os desafios presentes e futuros.

No segundo semestre deste ano, o Governo do Brasil promoverá o Leilão da Cessão Onerosa, a 6ª Rodada de Licitações de Partilha de Produção de Áreas do Pré-Sal e a 16ª Rodada de Blocos Exploratórios sob a lei de concessão. Além disso, a Agência Nacional do Petróleo também está conduzindo o chamado Sistema de Oferta Permanente sob modelo de concessão. Essas novas licitações estimularão definitivamente o mercado de dados, estimulando o comércio de serviços, como levantamentos sísmicos, acelerando a atividade de exploração e diminuindo o risco exploratório.

O Leilão da Cessão Onerosa, a 6ª Rodada de Licitações, a 16ª Rodada de Blocos Exploratórios, a concessão do Sistema de Oferta Permanente e os leilões programados para 2020 e 2021 consolidarão o Brasil como um destino de longo prazo previsível e atrativo para investimentos em petróleo e gás.

Desde abril de 2018, a Agência Nacional do Petróleo vem leiloando blocos sob a chamada área aberta. Estes blocos, situados em todas as bacias brasileiras, são oferecidos permanentemente ao lado de rodadas regulares de licitação. Inclui tanto os blocos onshore e offshore (fora do polígono do Pré-Sal) que foram leiloados em rodadas anteriores, mas posteriormente devolvidos à Agência Nacional do Petróleo. A oferta permanente de área aberta é uma inovação implementada pelo governo brasileiro que contribuiu para a consolidação do Brasil como destino de investimento.

Nos termos da lei da concessão, a Agência Nacional do Petróleo realizará, no dia 10 de outubro deste ano, a 16ª Rodada de Licitação de Blocos Exploratórios. A 16ª Rodada vai leiloar 30 blocos exploratórios localizados nas bacias de Pernambuco-Paraíba, Camamu-Almada, Campos e Santos, que compreende uma área de quase 30 mil quilômetros quadrados.

Estes blocos são uma oportunidade de investimento única e devem despertar muito interesse dos investidores em todo o mundo, já que muitos deles estão localizados próximos ao polígono do Pré-Sal ou nas proximidades de áreas onde o petróleo foi descoberto recentemente.

A 6ª Rodada de Licitações de Compartilhamento de Produção dos Blocos do Pré-Sal será realizada em 7 de novembro deste ano. Inclui seis blocos exploratórios com alto potencial de descoberta de petróleo: Aram, Bumerangue, Cruzeiro do Sul, Sudoeste de Sagitário e Norte de Brava.

A Petrobras já manifestou sua intenção de exercer o direito de preferência da empresa em três blocos: Aram, Sudoeste de Sagitário e Norte de Brava. A participação da Petrobras nesses três blocos, com participação de 30% no investimento mínimo, diz muito sobre o potencial dos blocos que serão oferecidos na 6ª Rodada de Licitações de Compartilhamento de Produção.

O slide mostra os valores do bônus de assinatura e o percentual mínimo (ou ágio) do petróleo a ser pago pelos licitantes vencedores, ao Governo do Brasil.

Nos seus primeiros cem dias, o novo governo do Brasil, sob o comando do presidente Bolsonaro, conseguiu aprovar o tão aguardado Leilão da Cessão Onerosa. Esse leilão deve atrair o interesse de investidores e companhias de petróleo em todo o mundo, pois oferecerá uma área de baixo risco geológico e alta produtividade com volumes massivos de óleo recuperável.

A transparência e a confiança no Leilão da Cessão Onerosa foram fortalecidas pelo governo brasileiro que realizou reuniões individuais com mais de 17 empresas, incluindo as principais. Nessas reuniões, o governo

prestou esclarecimentos e recebeu sugestões sobre como melhorar o processo de licitação. Outras reuniões serão conduzidas por autoridades brasileiras com companhias de petróleo em Houston durante esta semana de OTC.

Em 28 de fevereiro deste ano, o Conselho Nacional de Política Energética estabeleceu os princípios e as diretrizes com base nos quais a ANP realizará aquele leilão:

- A partilha de produção deve ser o modelo de contratação;
- As áreas a serem oferecidas são: Atapu, Búzios, Itapu e Sépia;
- O vencedor pagará à Petrobras em compensação aos investimentos feitos pela empresa. O vencedor será compensado com ativos e uma parte da produção. O CNPE estabeleceu diretrizes para calcular essa compensação;
- O vencedor e a Petrobras deverão assinar um acordo, que regulará a operação e a coparticipação em cada campo.

Em reuniões subsequentes, o Conselho Nacional de Política Energética do Brasil, o CNPE, também aprovou termos específicos a serem adicionados ao contrato da Cessão Onerosa e aos parâmetros técnicos e econômicos do leilão. Além disso, o Ministério de Minas e Energia editou o Decreto 213, estabelecendo as diretrizes para o cálculo da compensação da Petrobras.

Estou confiante de que a transferência de que o Leilão da Cessão Onerosa será de fato um ponto de inflexão na história do Brasil no exterior. Terá lugar apenas um dia antes da inauguração da OTC do Brasil, que será realizada em conjunto pela própria OTC e pelo Instituto Brasileiro do Petróleo, IBP.

No slide, você pode notar a porcentagem mínima (goodwill) de óleo de lucro em cada campo e os bônus de assinatura.

Tenho 100% de certeza, e digo isto, em nome do ministro Albuquerque, as rodadas de licitação a serem realizadas no Brasil no segundo semestre representarão um avanço na indústria de petróleo do mundo. Os gigantes volumes de óleo desses campos atrairão a participação das principais companhias de petróleo nessas rodadas. Para o Brasil, tudo isso significa apenas uma coisa: geração de empregos e prosperidade para o nosso povo. Esta é uma oportunidade única que não será desperdiçada.

Como parte dessa revolução orientada pelo mercado pela qual o Brasil está passando, o Ministério de Minas e Energia está totalmente comprometido em promover uma revolução no setor de gás. O Governo do Brasil visa desenvolver um mercado competitivo de gás natural, que transformará o gás associado extraído dos campos do Pré-Sal em empregos e prosperidade para nossos cidadãos.

Temos diante de nós uma oportunidade sem precedentes para promover uma revolução no setor de gás. A transformação que o gás de folhelho fez nos Estados Unidos serve de inspiração. É nossa intenção consolidar o Brasil como um ambiente de mercado verdadeiramente competitivo, transparente e favorável aos negócios, que favoreça a concorrência, atraia investimentos, nacionais e estrangeiros, e ofereça combustível a preços acessíveis para residências, carros e indústrias brasileiras.

O programa chamado Novo Mercado de Gás, liderado pelo Ministério de Minas e Energia, baseia-se fundamentalmente em quatro pilares: (i) promoção da concorrência, (ii) integração da rede de gás com os setores elétrico e industrial, (iii) ) harmonização entre regulamentações federais e estaduais; e (iv) simplificação e redução de impostos.

Para concluir, permitam-me assegurar a todos vocês o compromisso inabalável do Brasil com as reformas que restaurarão a saúde econômica do país. A privatização, a reforma do sistema previdenciário, a reforma administrativa e a liberalização do comércio transformarão a economia brasileira e abrirão novas oportunidades sem precedentes para

investimentos de longo prazo no País, principalmente no setor de petróleo e gás.

O Ministro Albuquerque e eu esperamos ver todos vocês no Rio de Janeiro, no dia 28 de outubro. Nessa data, o Rio será a capital mundial do petróleo e gás, já que a cidade sediará OTC Brasil. Na mesma semana, teremos, como já disse, outro grande evento em andamento no Brasil que é o Leilão da Cessão Onerosa.

Espero que os empresários e empresárias nesta audiência tão distinta, e as empresas que vocês representam, sejam parte integral da transformação que o Brasil passará nos próximos anos. A comunidade internacional de negócios e investidores, hoje aqui representada, será uma das principais forças para o fortalecimento da economia do Brasil e a abertura de um novo capítulo de prosperidade, geração de empregos e crescimento na história de nosso País.

Muito obrigado pela sua atenção.